

PRÁTICAS POLÍTICAS DURANTE A INTERVENTORIA RUY CARNEIRO: O POPULISMO EM SOLO PARAIBANO (1940 – 1945).

JEAN PATRÍCIO DA SILVA*1

1 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente artigo dedica-se ao estudo do período intitulado “Estado Novo” na Paraíba, com ênfase no recorte temporal (1940 – 1945). Tal iniciativa é fruto de pesquisas que culminaram na Monografia de conclusão do curso em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), intitulado “Poder local e cultura política: Análise da Interventoria Ruy Carneiro no estado da Paraíba” e projeto de mestrado apresentado à seleção do programa de pós - graduação em história com a mesma temática, onde atualmente está sendo desenvolvido.

A metodologia utilizada (fontes primárias e secundárias) durante a pesquisa envolve a perspectiva de uma análise bibliográfica e documental. Destacam-se os textos publicados nos periódicos da Paraíba, entre os anos de 1940 e 1945.

Como exemplo pode-se citar: o Jornal A União, órgão oficial do Governo; o jornal o Norte ligado a grupos particulares e o jornal a Imprensa ligado a Igreja Católica, cujas coleções podem ser encontradas no Arquivo do Estado, Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP e Cúria Metropolitana. Pela regularidade de sua publicação e por se constituir o periódico oficial da Interventoria, o jornal A União foi consultado largamente, não só no período anterior à administração de Ruy Carneiro (1940-1945), mas também, antes e depois da presença de Ruy como interventor da Paraíba. Sendo assim, pela grande quantidade de reportagens e artigos, optou-se pelo trabalho de amostragem, para fixar algumas categorias norteadoras: saúde, economia, parte oficial e assuntos diversos relacionados ao governo.

Já a pesquisa no Jornal “A Imprensa” ficou restrita a questões pontuais, sem que se pudesse debruçar com a mesma intensidade adotada junto ao jornal A União, visto

1 Licenciado em História pela UFPB (Universidade Federal da Paraíba) Mestrando em História (PPGH - UFPB).

Advogado, Especialista em Ciências Criminais (IBCCRIM).

que o jornal teve suas atividades suspensas em 1942, só retornando em 1946. Ainda em relação às fontes primárias destacam-se a documentação oficial, vinculada a interventoria, constituídas pelos relatórios, Decretos, Anuários Estatísticos e alguns documentos manuscritos produzidos pelo gabinete da interventoria. Destes citados, os relatórios e documentos manuscritos referente à burocracia governamental (nomeações, exonerações, pedidos diversos, anteprojeto de leis) encontram-se no Arquivo Histórico do Estado da Paraíba. (fontes secundárias).

2- ALGUMAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS ACERCA DO POPULISMO E CULTURA POLÍTICA.

Ressaltando as questões de cunho teórico, nosso estudo ira procurar debater e inserir a categoria de Cultura Política.

Esta categoria, que estava inicialmente vinculada à ciência política estadunidense, foi ao longo dos anos, apropriada pela “nova história política” e foi ganhando outras potencialidades. Nesta discussão, o conceito de política foi ampliado, constituindo-se uma instância autônoma e estratégica para a compreensão da realidade social, em virtude das relações de poder estarem intrínsecas as relações sociais.

Neste sentido, Cultura Política pode ser interpretada como um sistema de representações, complexo e heterogêneo, mas capaz de permitir a compreensão dos sentidos que um determinado grupo atribui a uma dada realidade social, em determinado momento do tempo. Esta categoria incorpora sempre uma leitura do passado, ou seja, histórico ou mítico, que conota positiva ou negativamente períodos, personagens, eventos textos referenciais e principalmente um enredo ou narrativa de um próprio passado.

Aqui, tal conceito pode ser corroborado com outro, qual seja o de Cultura Histórica. Neste sentido assim assevera Ângela de Castro Gomes em sua obra, historia e historiadores:

Por “Cultura Histórica” entende-se “a relação que uma sociedade mantém com o seu passado”, o que extrapola os elementos anteriormente mencionados, para abarcar um complexo de fenômenos muito mais amplo, que envolve não só a disciplina histórica, como também outras fontes do conhecimento e expressão cultural que tenham como referência “o passado”. Literarura, arte, cultura popular, monumentos e muitas outras manifestações

simbólicas que estabeleçam relações com “o tempo” estão presentes na constituição dessa categoria. Assim, se os historiadores podem continuar sendo considerados os principais formuladores e interpretes da “cultura histórica” de uma sociedade em determinado momento, eles não detém o monopólio desse processo de construção, atuando interativamente com outros agentes, que não são homens de seu metier e que frequentam outras esferas disciplinares ou ocupam outras funções sociais “fora” do campo intelectual. (GOMES, p.158, 1996.)

Pela explicação acima, e em nossa interpretação, tal conceito vai além do de Le Goff, e aproxima-se do de Cultura Política. O além que a autora explica, “muitas outras manifestações simbólicas” são os projetos políticos, ou seja, uma das maneiras de se interpretar a história.

A década de trinta do século passado no Brasil assiste ao surgimento de uma política que permeou a sociedade brasileira por várias décadas, ou seja, o Populismo. Como movimento de cooptação de massas, o populismo a nível nacional destaca-se como prática em que a incorporação das massas populares urbanas ocorria sempre sob a tutela de elementos de grupos dominantes e de uma forma restrita aos limites impostos e ditados pelo Estado que procurou manipular segundo seus interesses as aspirações de vários setores, especialmente o sindical. Sendo sempre associado ao avanço do processo de industrialização e de urbanização, essa ambivalência da política populista que, de um lado acena com a abertura de espaços de atuação para as classes populares, por outro, impõe inúmeras restrições a esta atuação, expressando o seu caráter de dominação encontra em Francisco Weffort um de seus maiores defensores (CITTADINO, 1998, p.19).

Entretanto, para que se possa compreender a inserção do populismo na Paraíba na década de 40 faz-se necessário romper com a concepção do populismo enquanto aliança econômica e política entre o proletariado, classe média e burguesia industrial com, o propósito de favorecer a criação e expansão do setor industrial e de serviços, na qual as classes proletárias obtêm algumas conquistas em troca da contribuição do capitalismo industrial como bem assevera a professora Monique Cittadino em sua obra *Populismo e Golpe de Estado na Paraíba (1945-1964)*:

Em um estado de feição agrária com incipiente industrialização, a inserção do populismo só pode ser entendido a partir das transformações processadas na economia local com a penetração das relações capitalistas no campo,

ensejando a expropriação do homem do campo e, conseqüentemente, ao êxodo rural. E sobre essa população que migrara para os centros urbanos, constituindo-se aí as massas populares, que incidira a política populista, e não, sobre um proletariado urbano criado por força de um processo de industrialização (CITTADINO, 1998. p. 18).

Neste ínterim, temos o chamado populismo ligado às famílias tradicionais onde o forte do movimento consistia nas práticas assistencialistas, sendo neste momento um populismo menos ideológico. Em outro instante já nas décadas de 50 e 60 com o aumento das cidades e do setor de serviços, o populismo adquire aqui feição nacionalista em consonância com os debates que permeavam o Brasil de então: nacionalismo e reformas de base. Por último temos a década de 70 e 80 em que o populismo se torna como nos anos de 40 e 50 mais pragmático que ideológico com uma diferença: As aspirações, com a complexidade da sociedade se tornam mais coletivas e organizadas.

Weffort em seu trabalho o Populismo na Política Brasileira (1980) demonstra, entre outros aspectos, que o termo populismo não pode ser identificado como um fenômeno passível de ser explicado pelo oportunismo de líderes paternalistas e carismáticos, na qual a irracionalidade das massas passa a ser a noção chave para a compreensão do período. Mesmo em políticos que utilizam o assistencialismo como uma prática populista o autor demonstra o caráter ideológico das massas:

Poder-ser-ia imaginar que esta forma conservadora e corrupta de populismo só se manteve a base de doações do poder, sendo movida então pela massa de interesses pessoais que estabeleciam com o poder uma relação quase econômica. Contudo, a persistência política de Barros, não obstante o ostracismo sugere algo diferente disto [...]. Ainda que atribuíssemos uma excepcional eficiência à máquina partidária de Barros ou a atividade filantrópica de sua esposa e ao assistencialismo do Estado nos períodos que governou, ainda assim não poderíamos admitir senão uma minoria diretamente assistida. Neste sentido, não há nada de estranho em caracterizar o populismo de Barros como uma forma de política ideológica que expressa em alguma medida, a especial condição de uma pequena burguesia de ascensão recente preocupada com a queda iminente (WEFFORT, 1980 p. 33).

Nesta linha de raciocínio, Weffort afirma em sua tese que os que não conseguem entender o populismo como “política ideológica” parte do equívoco sem qualquer fundamento teórico, de separar a ideologia como forma de consciência social, da consciência individual e dos interesses individuais. Para o autor, ideologia e consciência

individual, interesses individuais e interesses de classe, estão mutuamente ligados em um só conjunto (WEFFORT, 1980, p. 33).

O próprio termo populismo passou por redefinições, as quais, na análise de Jorge Ferreira, são relocadas de acordo com pressupostos teóricos e sociais de cada período, recebendo desta forma significações diferentes. Ainda na concepção deste autor, o termo populismo é utilizado para designar determinadas práticas de poder na década de 50 e 60 do século XX, sob uma perspectiva maquiavelística, nas palavras do autor, utilizado para referenciar políticos demagogos, que alienam a população com sua retórica e seus mecanismos ideológicos. Durante as décadas seguintes o termo passa, de acordo com novos pressupostos, a ser significado de diferentes formas, e referindo-se a outras práticas de poder, chegando até mesmo, a um vazio de sentido, quando empregado de forma totalmente aleatória para representar qualquer tipo de prática. Neste sentido devemos elencar quais grupos devem servi de diálogo entre governo e classe trabalhadora.

Neste trabalho, a análise do assistencialismo é de vital importância para que se possa compreender de que forma no Estado da Paraíba se processou o populismo na década de 1940. Nesta linha, temos o trabalho *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*, dos professores Marilda Yamamoto e Raul de Carvalho. O trabalho em seus primeiros capítulos nos remete a uma discussão das relações sociais inseridas em um contexto capitalista.

Na segunda parte as relações sociais são vistas sob uma perspectiva cronológica. Inicialmente a uma referência à questão social na Primeira República, e a forte influência da Igreja Católica. De outro norte, temos as transformações ocorridas dentro do capitalismo e a conseqüente pressão exercida pelas novas forças sociais urbanas, refletem o quadro a partir do qual o Estado passa a assumir novas funções, aprofundando sua intervenção nas mais diferentes esferas. Acompanhando este movimento, o serviço social será progressivamente institucionalizado e seus agentes profissionais absorvidos pelo aparelho do Estado, preferentemente a partir de seus ramos especializados nas tarefas assistenciais e de dominação.

2.1 - O MOVIMENTO POPULISTA A NÍVEL NACIONAL: O PERÍODO VARGAS

O século XX, em particular a década de 1930, foi de efervescência ao surgimento de líderes carismáticos na América Latina. Destacam-se o Aprismo no Peru, o governo de Lázaro Cárdenas no México, peronismo na Argentina e Vargasismo no Brasil.

Em nossa interpretação, o populismo varguista pode ser definido como um jogo ambíguo de concessões e limitações. Algumas concessões foram feitas ao povo e aos aliados, mas manteve-se o poder centralizador. Deram-se direitos aos trabalhadores, mas atrelaram-se seus sindicatos ao Estado.

No Brasil, o governo Vargas, vai habilmente, jogar com a vontade das massas, ora jogando com a vontade da oligarquia cafeeira e, principalmente, com a burguesia industrial proeminente, mantém o poder em suas mãos por 15 anos. Para isso, ele procurou "obscurecer" as lutas de classe, através do atrelamento dos órgãos representativos - os sindicatos - ao Estado e dissolvendo os partidos.

A Constituição de 1937 fixou as diretrizes da política social e trabalhista que seria implementada no Estado Novo. Foram confirmados direitos trabalhistas já fixados na Constituição de 1934, como salário mínimo, férias anuais e descanso semanal, e foi também mantida a Justiça do Trabalho, encarregada de dirimir conflitos entre empregados e empregadores. Mas houve uma alteração importante: o princípio da unidade sindical foi restabelecido, e apenas os sindicatos legalizados poderiam defender os direitos da categoria que representavam perante o Estado.

Outro ponto importante da política varguista pode ser notado na relação entre o governo e as classes trabalhadoras. Tomado por uma orientação populista, o governo preocupava-se em obter o favor dos trabalhadores por meio de concessões e leis de amparo ao trabalhador. Tais medidas viriam a desmobilizar os movimentos sindicais da época. Suas ações eram controladas por leis que regulamentavam o seu campo de ação legal.

Nessa época, os sindicatos transformaram-se em um espaço de divulgação da propaganda governista e seus líderes, representantes da ideologia varguista.

As ações paternalistas de Vargas, dirigidas às classes trabalhadoras, foram de fundamental importância para o crescimento da burguesia industrial da época. Ao conter o conflito de interesses dessas duas classes, Vargas dava condições para o amplo desenvolvimento do setor industrial brasileiro. Além disso, o governo agia diretamente na economia realizando uma política de industrialização por substituição de importações. As greves foram proibidas, pois passaram a ser considerados recursos "anti-sociais, nocivos ao trabalho e ao capital, e incompatíveis com os superiores interesses da produção nacional".

Foi dada uma feição ainda mais centralizada à estrutura sindical, uma vez que se eliminaram as centrais que reuniam diferentes categorias profissionais por município ou região em favor de uma organização de caráter vertical, em que os sindicatos de cada categoria convergiam para as federações estaduais e confederações nacionais. O governo se utilizou - se de muitos desses sindicatos e de seus dirigentes, os chamados pelegos, para fortalecer sua base sindical.

Outra regulamentação importante feita durante o Estado Novo foi a da Justiça do Trabalho, inaugurada em 1º de maio de 1941, na gestão do ministro Valdemar Falcão. O salário mínimo foi regulamentado em abril de 1938, devendo corresponder às necessidades básicas de um trabalhador. Já a nova organização sindical foi definida em detalhes pelo Decreto nº. 1.402, de julho de 1939.

O novo formato da legislação social brasileira acabaria por ser ordenado e sistematizado na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), editada em junho de 1943. A CLT iria reger por muito tempo as relações de trabalho no país. Ainda que tenha recebido o nome de "consolidação", a CLT não se limitou a reunir uma legislação dispersa. Introduziu também novos direitos e regulamentações trabalhistas até então inexistentes. Constituindo um código de considerável abrangência, tratou minuciosamente da relação entre patrões e empregados e estabeleceu regras referentes a horários a serem cumpridos pelos trabalhadores, férias, descanso remunerado, condições de segurança e higiene dos locais de trabalho etc. A anotação dos contratos de trabalho deveria ser feita na carteira de trabalho, instituída em 1932 e reformulada quando da aprovação da CLT.

Com a entrada do Brasil na guerra ao lado dos Aliados, o governo do Estado Novo começou a sofrer importantes remanejamentos internos. Procurou-se elaborar uma

estratégia para preparar o fim da ditadura, mantendo, porém a força e o prestígio do presidente da República. A partir daquele momento, a política social de Vargas ganhou maior intensidade e visibilidade.

2.2 - O MOVIMENTO POPULISTA A NIVEL REGIONAL: A INTERVENTORIA RUY CARNEIRO (1940-1945)

O golpe do Estado Novo de 1937 encontrou a Paraíba, sob a égide do governo de Argemiro de Figueiredo. Confirmado no cargo como Interventor, o mesmo passa a dar continuidade às reformas, basicamente centradas no setor da economia, com a ampliação dos campos de demonstração, e incentivos à agricultura em nosso Estado. Tais medidas, no entanto, tornaram-se insuficientes, pois em agosto de 1940, Argemiro de Figueiredo e substituído por Ruy Carneiro, que afastado a 10 anos da Paraíba, haveria de ser um elemento “novo” na política Paraibana.

Neste contexto o populismo em solo paraibano esteve condicionado basicamente a quatro premissas: 1) extinção do SAS (serviço de assistência social) ligada a Igreja Católica, e reorganização da assistência social liderado pela primeira – dama Alice Carneiro, 2) Expansão dos serviços de saúde a cargo do seu irmão (Janduhy Carneiro, 3) Estilo pessoal do novo Interventor e 4) Criação e reconhecimento de sindicatos e da justiça do trabalho.

Formalmente, o estilo do novo Interventor era bem diferente dos seus antecessores porque Ruy Carneiro não só ampliava as audiências públicas, recebendo sempre as quintas feiras as pessoas em palácio, como também, comparecia pessoalmente a repartições, bailes e clubes recreativos e serenatas. Exemplo disto e que nos primeiros dias de sua administração, em 22 de setembro de 1940, foi promovido pelo casal Ruy Carneiro baile de arrecadação de donativos em benefício do orfanato D. Ulrico e Asilo de Mendicidade, nesta capital. Vale salientar, que tal iniciativa contou de ajuda de particulares, não onerando o erário público, porem a uma ligação entre o público e o privado.

Importante destacar que o estado da Paraíba estava com um “déficit” orçamentário, e, pelas circunstâncias, não podia realizar altos dispêndios, recorrendo à indústria e comércio para realizar tais eventos.

Um dos que mais contribuía com estas “obras” de caridade era o Dr. Marques dos Reis, Presidente do Banco do Brasil, que fornecia vultosas quantias para aquisição de donativos que serviram para construção ou recuperação de asilos e orfanatos.

Com relação às instituições de caridade no Estado, o governo passou a adotar uma linha programática inversa da Interventoria Argemiro de Figueiredo (1935 – 1940), ou seja, criou e organizou a Liga Brasileira de Assistência (LBA), ligada diretamente ao Palácio do governo, (estes núcleos estavam instalados principalmente nas cidades de João Pessoa e Santa Rita) e era presidida pela primeira – dama Alice Carneiro. Com a organização da assistência social, o governo passa a subvencionar varias instituições que se concentravam principalmente na capital como bem se observa no relatório da administração estadual de 1943:

- 1) Orfanato D. Ulrico
- 2) Asilo de Mendicidade “Carneiro da Cunha”
- 3) Abrigo de menores “Melo Matos”
- 4) Asilo Bom Pastor
- 5) Santa Casa de Misericórdia
- 6) Instituto “São José”
- 7) Circulo Operário
- 8) Instituto de Proteção e assistência à infância
- 9) Sociedade de assistência ao Lázarus e defesa da Lepra
- 10) Asilo “Damas de Caridade”

Destes Institutos, o que mais recebia atenções por parte do governo, por ser ligado à administração, era o abrigo de menores “Jesus de Nazaré”, que no exercício de 1943, teve uma receita de CR\$ 193.427, 60, com um total de 180 crianças internadas, dos quais 134 na creche do abrigo.

Por outro norte, a LBA, instituiu em 1944, a “merenda escolar”, nas escolas públicas do Estado, beneficiando inicialmente 15.000 de um total de 37.000 alunos que frequentavam as escolas do estado, tendo ao todo a LBA dispensado Cr\$ 73.000, 00 mensais a manutenção da “merenda escolar”.

A atuação da LBA, não ficava restrita as instituições de caridade. Com a primeira - dama a frente, a LBA atuava diretamente em festas e datas cívicas, como aconteceu no dia da criança de 1943, onde a senhora Alice Carneiro, empreendeu diretamente a distribuição de agasalhos, brinquedos e leite para os necessitados, no educandário “Eunice Weaner” nesta capital, cujo valor da campanha chegou à cifra de Cr\$ 94.348,00. A importância da LBA foi crescendo, chegando ao exercício de 1943, a ter um dispêndio de Cr\$ 938.836,70, com assistência de convocados e suas famílias. Ainda neste raciocínio, a referida instituição forneceu de ajuda a abrigos e orfanatos em termos de subvenções um total de Cr\$ 518.793, 70 e despesas com a merenda escolar num total de Cr\$ 345.383, 80. Valores vultosos a época. Outro ponto de destaque foi à inauguração da cantina maternal, em 21 de fevereiro de 1942, destinada ao fornecimento de alimentação a gestantes pobres, sendo no exercício de 1942 instalada no dispensário de higiene pré – natal do centro de saúde da capital.

Outro fator que contribuía para a política populista na Paraíba estava o trabalho realizado pelo departamento de saúde liderado pelo irmão de Ruy Carneiro, Janduhy. Criado pelo Decreto – lei nº. 348, de 03 de Novembro de 1942, passou a denominar-se Departamento de Saúde, do Estado, sem, contudo, ter sofrido grandes alterações em suas competências. Tinha a seguinte organização em 1943:

- a) Serviços gerais no Estado;
- b) Serviços no município da capital;
- c) Serviços no Interior.

Com o apoio da LBA, o departamento de saúde começou a ter papel decisivo nas praticas assistencialistas em nosso Estado. Vale salientar, que, as duas áreas de maior atuação do governo (assistência social e departamento de saúde), estavam diretamente relacionadas e nas mãos de familiares do Interventor. A LBA contribui diretamente, com a construção do posto de higiene de Mamanguape (PB), com a importância de Cr\$ 50.000,00, como também, no Instituto de proteção e ensino a infância, com a instalação de um Lactário no valor de Cr\$ 50.000,00.

Além dos investimentos em Instituições de caridade, o governo passou a ampliar e construir hospitais, rede de ambulatórios que ficaram conhecidos como “Lactários” e

destinar esforços para a conclusão da maternidade “Cândida Vargas” nesta capital. Iniciada em 1942, recebeu por parte do Interventor Ruy Carneiro, maior atenção, tendo o mesmo em visita a capital federal, consignado junto ao orçamento geral da união a importância de Cr\$ 800.000,00, e com auxílio do Estado à importância de Cr\$ 430.000,00 para a conclusão da maternidade fato este que ocorreu em 1945.

Por último, temos a regularização de sindicatos, e a criação da justiça do trabalho. Esta política era diretamente ligada a prática de cooptação do “Estado Novo” desenvolvendo-se durante os anos do governo Ruy Carneiro. Como exemplo, podemos citar o reconhecimento de vários sindicatos, no ano de 1941, como bem noticiou o órgão oficial:

Reconhecidos cinco sindicatos Paraibanos – Rio, 30 (A.N) – Em data de ontem, o Sr. Dulfe Pinheiro machado, assinou cartas de reconhecimento de cinco sindicatos que funcionam na Paraíba. Os sindicatos reconhecidos são os seguintes: Sindicato dos Empregadores em estabelecimentos Bancários de João Pessoa; Sindicato dos trabalhadores na Indústria do curtimento de Couros e Peles de João Pessoa; Sindicato dos condutores de Veículos e Rodoviários de Campina Grande; Sindicato dos estivadores de Cabedelo; Sindicato do Comércio atacadista de algodão e outras fibras do Estado da Paraíba (A UNIÃO, 1941, p.01).

Ainda neste contexto, temos a preocupação do governo em demonstrar o apoio irrestrito da classe trabalhadora, não só ao Interventor Ruy Carneiro, como também ao Presidente Vargas, com o título “duas mensagens de apoio, gratidão e civismo” assim se “pronuncio” a classe trabalhadora da Paraíba através de seus sindicatos:

João Pessoa, 10 – Presidente Getulio Vargas – Rio – Os Sindicatos trabalhistas da Paraíba vêm afirmar a sua mais firme e decidida solidariedade ao eminente Presidente da República, patrono do trabalhador brasileiro. Essa atitude é imposta, antes de tudo, pela gratidão de todos nos ao Estado impar que soube implantar ao nosso País a política reivindicatória dos nossos direitos. Foi com a corajosa ação de V. Exma que encontramos o clima propício e o reconhecimento em lei de toda uma notável série de medidas de amparo social que nos congregou como força organizada e pensante nos vastos setores da economia e da política da Nação (UNIÃO, 1942, p. 01).

Outro ponto de convergência na questão trabalhista foi à instalação da justiça do trabalho na Paraíba, feito este em consonância com o governo central, a Constituição de 1934 deu um passo decisivo ao estabelecer, em seu artigo 122, a criação da Justiça do

Trabalho. Era preciso, porém regulamentá-la, e isso só veio a ocorrer em 1941, durante a gestão de Valdemar Falcão à frente do Ministério do Trabalho. A Justiça do Trabalho na Paraíba teve como seu primeiro presidente o Dr. Clovis Lima, sendo instalada em 03 de maio de 1941.

3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Guisa da conclusão pode-se afirmar que a política populista na Paraíba, teve a combinação de vários fatores, que, ainda não foram suficientemente esclarecidos pela historiografia. Neste sentido, ao longo deste estudo, tentamos abordar alguns deles, não podendo ampliar o “leque” de considerações por se tratar de um artigo científico.

Importante ressaltar que a política populista na Paraíba, não encontrou terreno fértil em nosso solo. Com um orçamento limitado, e um governo pautado na racionalização e contenção de gastos, e com um incipiente sindicalismo e classe trabalhadora, o populismo na Paraíba teve uma feição bem peculiar.

Esta peculiaridade consistia na união de vários fatores, tendo este trabalho, abordado quatro destas particularidades. De fundamental importância a contribuição de Dona Alice Carneiro na implantação destas obras sociais, se tornando verdadeira “eminência” parda da administração Ruy Carneiro. Ao lado de Jandhuy no departamento de saúde, e com a ajuda de donativos, A LBA expandiu a assistência social a todos os recantos do Estado, com ênfase a capital, João Pessoa.

Esta prática assistencialista chegou a “ofuscar” as atividades do próprio governo, no tocante a sindicatos e representações trabalhistas. Não é de se estranhar tal assertiva, pois como já dito, a Paraíba do início da década de 1940, não possuía uma classe trabalhadora homogênea, e sim, uma massa de pessoas carentes, advindas em sua maioria do interior do Estado, de onde, estas práticas assistencialistas, tinham um alcance muito maior.

Por fim, as práticas populistas – assistencialistas, marcaram de tal forma a Interventoria Ruy Carneiro, que, foi a peça chave de seu governo, ofuscando inclusive, em nossa interpretação, o ponto mais forte do governo, que foi a reforma administrativa, que, influencia a administração estadual até os dias de atuais.

REFERÊNCIAS

- BASBAUM, Leôncio. **História Sincera da República de 1930 a 1960**. São Paulo, Editora Edaglit, 3.Ed, 1962.
- BLONDEL, Jean. **As Condições da Vida Política no Estado da Paraíba**. João Pessoa, Instituto de Estudos Políticos e Sociais Ulysses Guimarães, 2. Ed. 1994
- BORGES, Vavy Pacheco. História e Política: traços permanentes. **Revista Brasileira de História**, São Paulo: V.12, nº 23/24, pp. 7-18, set.91/ago 92.
- CAMARGO, Aspásia. Org. **Golpe Silencioso: as origens da República Corporativa**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.
- CARNEIRO, Joaquim Osterne. **Os Carneiro do Sertão e de Outras Terras: aspectos Históricos, Políticos e Genealógicos**. João Pessoa: Mercado, 2004.
- CARNEIRO, Ruy. **Relatório das atividades do governo da Paraíba, ao Presidente da República (1942)**. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1943.
- _____. **Relatório das atividades do Governo da Paraíba, ao Presidente da República (1943)**. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1944.
- CARONI, Edgard. **Brasil anos de crise (1930-1940)**. São Paulo: Ed. Ática, 1991.
- CITTADINO, Monique. **Populismo e golpe de estado na Paraíba (1945-1964)**. João Pessoa: Idéia/Universitária/UFPB, 1998.
- FERREIRA, Jorge Luiz. **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001.
- GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e Vida das Oligarquias: Paraíba (1889-1930)**. João Pessoa: UFPB, 1994.
- GOMES, Ângela de Castro. **Regionalismo e Centralização Política: partidos e Constituinte nos anos 30**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- _____, Ângela de Castro. **História e Historiadores: A política cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico – metodológica**. São Paulo: Cortes, 2004.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1996.
- PINSK, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**: São Paulo: Contexto, 2005.

MELLO, José Octavio de Arruda. **Nos tempos de Félix Araújo: Estado Novo, Guerra Mundial e Redemocratização (1937 – 1947)**. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura, 2003.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório anual**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1941.

RÉMOND, Rene. Org. **Por uma História Política**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história conceitual do político**. Revista Brasileira de História, São Paulo, ANPUH/Editora Contexto, v.15, n.30, p.9-22. 1995.

SANTANA, Martha Maria Falcão de Carvalho e Moraes. **Poder e Intervenção Estatal Paraíba – 1930-1940**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2000.

SCHWARTZMAN, Simon. **Estado Novo, um Auto – Retrato**. Brasília, CPDOC/FGV. Editora Universidade de Brasília, 1983.

SYLVESTRE, Josué. **Da revolução de 30 a queda do Estado Novo - Fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba (1930-1945)**. Brasília: Senado Federal, 1993.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

FONTES SECUNDÁRIAS: JORNAIS

A UNIÃO, João Pessoa, 03 de nov. de 1940.

A UNIÃO, João Pessoa, 15 de set. de 1940.

A UNIÃO, João Pessoa, 20 de set. de 1940.

A UNIÃO, João Pessoa, 05 de set. de 1941.

A UNIÃO, João Pessoa, 03 de maio de 1941.

A UNIÃO, João Pessoa, 03 de maio de 1942.